

Tales Faria

PEC é atrativa para traficantes

A aprovação pela Câmara, nesta quarta-feira, 17, da Proposta de Emenda Constitucional apelidada de PEC da Blindagem lançou, entre políticos e juristas, o temor de que o Congresso se torne um elemento de atração para criminosos decidirem se candidatar a cargos eletivos.

Em uma articulação de lideranças do Centrão, a PEC foi aprovada num acordo com governistas e oposição para liberar a pauta de votações.

Como toda emenda constitucional aprovada pelo Congresso, a medida não depende de sanção presidencial.

O texto prevê que parlamentares somente poderão ser processados criminalmente após aval da Câmara ou do Senado, a depender do caso. Também dificulta ordens contra parlamentares na esfera cível, como, por exemplo, os casos de improbidade administrativa.

Estabelece novos limites para prisões e medidas cautelares contra congressistas, que só poderão ser decretadas por ordem do STF.

Todas as autorizações ocorrerão em votações secretas, sem revelar o nome dos parlamentares que apoiaram o acusado de crime.

Entre outras medidas, a PEC ainda estende o foro privilegiado aos presidentes nacionais de partidos que tenham parlamen-

tares eleitos, para que sejam julgados criminalmente apenas pelo STF.

Organizações criminosas, como o Comando Vermelho e o PCC, já têm se interessado por infiltrar candidatos nas eleições pelo interior do país. Com a nova PEC aprovada, o temor é de uma onda de candidatos vindos de organizações desse tipo, como ocorreu na Colômbia.

A década de 1980 na Colômbia foi marcada pelo poder do narcotráfico no país. Um personagem se tornou célebre: chamava-se Pablo Escobar, na época o chefe do maior cartel de drogas do mundo.

Seu patrimônio chegou a algo em torno de US\$ 30 bilhões, o equivalente hoje a cerca de R\$ 165 bilhões. Estimava-se que o traficante se tornou um dos homens mais ricos do mundo, liderando remessas mensais de 70 a 80 toneladas de cocaína da Colômbia para os EUA.

Em 1982, ele decidiu entrar na política. Foi eleito membro suplente da Câmara de Representantes, assumindo um controle até então inimaginável sobre autoridades econômicas e políticas.

Há quem diga que Escobar tornou-se paranoico, enlouqueceu.

O fato é que tanto poder nas mãos do crime transformou o país num verdadeiro cam-

po de guerra. Houve mortes generalizadas de políticos, policiais, juízes e militares, inclusive três candidatos a presidente da República, além do atentado histórico a um voo comercial da Avianca que resultou em 110 mortos.

A situação no país ficou de tal forma incontrolável que as autoridades colombianas só viram uma solução: entregar o poder, na prática, aos Estados Unidos. Com isso, o traficante foi morto e seus comparsas, deportados e julgados nos EUA.

Parte do poder de Escobar era respaldado pelo apoio popular que conseguiu no papel de uma espécie de bem feito de favelas e bairros pobres da Colômbia, que sustentava com seu próprio dinheiro.

Se Escobar e seu grupo tomassem o poder político no Brasil de hoje, nem sequer precisariam gastar seus próprios recursos.

Com domínio da política e do Congresso, os traficantes poderiam distribuir benesses utilizando-se das emendas parlamentares.

Segundo dados divulgados pela Consultoria de Orçamentos do Senado (Conorff), em 2025 devem ser liberados R\$ 46,4 bilhões em emendas cujo destino é decidido pelos parlamentares.

Se já é um poder grande para políticos, imagina quando tomado por traficantes.

Aristóteles Drummond

Um Magnífico Reitor

Uma cirurgia ortopédica afastou de suas inúmeras funções o jurista, jornalista e professor Paulo Alonso, reitor da Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro. O lado positivo dos dias recolhido em casa é que pode aferir a dimensão do apreço que fez por merecer de todos que com ele puderam conviver ao longo da carreira e da vida.

Como bem definiu o senador Bernardo Cabral, o membro do Conselho de Notáveis da Confederação Nacional do Comércio e Serviços “é mais do que uma personalidade, é uma instituição”. Seu papel na volta da tradicional universidade, fundada em 1939 e resgatada pelo empreendedor e educador mineiro Ruy Muniz, tem sido relevante. A universidade já é referência entre as do setor privado que atuam na cidade.

Paulo Alonso tem passagem por outras instituições de ensino superior, coroado com

a reitoria de onde se formou em Direito. Completa sua biografia acompanhar a vida pública do Brasil emprestando o prestígio que soube construir a boas causas. O educador tem responsabilidade na formação das novas gerações especialmente nestes tempos em que se tenta de todas as formas fazer dos bancos escolares e acadêmicos plateia para a defesa de ideologias sem compromissos com a liberdade do pensamento.

A educação tem a particularidade de que o fator idealismo e vocação tem a mesma importância que o capital investido. E num país como o nosso acrescenta os riscos envolvidos ao atender às camadas mais modestas da sociedade. A organização mineira que controla a Santa Úrsula foi pioneira em levar o ensino a regiões de baixa renda, como o norte do Estado, abrindo horizontes para milhares de jovens.

O Brasil tem muito a caminhar no preparo de sua mão de obra e na qualificação, que é o caminho natural para a inclusão em patamares superiores, econômicos como culturais, incluindo o setor técnico de nível médio, muito dependente ainda da excelência do Sistema S, uma criação inspirada de Getúlio Vargas, que reconhecia a agilidade e a boa gestão do setor privado.

Prestigiar o ensino privado em áreas decisivas para a elevação da qualidade da vida do brasileiro, como a educação e a saúde, serve à democracia e preserva a liberdade como um bem maior. Não pode coexistir democracia com domínio estatal. Ter opções atende à obtenção de qualidade, preço em todos os setores.

Bonito exemplo o de Paulo Alonso, que nos reporta ao grande Pedro Calmon, com o merecido título de “Magnífico Reitor”.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Operação da PF – Polícia Federal - mira esquema bilionário de corrupção. Remédios em supermercados?

1-PRESOS POR CORRUPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE. A Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) estão investigando uma organização criminosa que atua no setor de mineração para fraudar licenças ambientais com pagamento de propina a agentes públicos. A operação, chamada de Rejeito, resultou na prisão de Caio Mario Seabra, diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), e de Rodrigo de Melo Teixeira, ex-diretor da Polícia Federal na Diretoria de Polícia Administrativa. O grupo criminoso, liderado por Alan Cavalcante dos Santos, teria causado lucro de mais de R\$ 1 bilhão explorando ilegalmente minério de ferro em áreas proibidas. A PF investiga também a lavagem de dinheiro e a organização criminosa, com projetos com potencial econômico superior a R\$ 18 bilhões. (...) (O Globo)

Operação da PF – Polícia Federal - mira

esquema bilionário de corrupção e danos ambientais – PF prende um dos diretores de Agência Nacional de Mineração e mais 14. Lorena Barros, Mateus Coutinho e Stel-la Borges Do UOL, em São Paulo e Brasília. A Polícia Federal prendeu preventivamente hoje Caio Mário Trivellato Seabra Filho, um dos diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM). Além dele, outras 14 pessoas já foram presas. A operação investiga pessoas suspeitas de participação em um esquema que teria causado lucro de mais de R\$ 1 bilhões. A PF pediu o bloqueio de bens do grupo. Grupo teria corrompido agentes públicos para ganhar autorizações e licenças ambientais para explorar o minério em áreas proibidas. (...) (UOL)

2 - REMÉDIOS EM SUPERMERCADOS - Comissão do Senado aprova venda de remédios em supermercados. Por Kevin

Lima. A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou quarta-feira (17) uma proposta que autoriza a venda de medicamentos e a instalação de farmácias dentro de supermercados. Demanda antiga do setor, o texto estabelece regras para o comércio de remédios no varejo, como a criação de espaços separados e a obrigação da presença física de farmacêuticos. Por questões regimentais, o projeto foi submetido a dois turnos de votação. Para os varejistas, além de reagir ao avanço das farmácias sobre o setor, a venda de medicamentos nos supermercados também traz outros benefícios. (...) (O Globo)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

EDITORIAL

Os serviços pedem regras claras

A rápida expansão do uso de imóveis residenciais para hospedagens de curta temporada, especialmente por meio de plataformas digitais, tem gerado preocupação em diversas cidades. A prática cresceu de forma desordenada, sem regras específicas, e passou a impactar diretamente a convivência em condomínios, o equilíbrio com o setor da hotelaria tradicional e a segurança jurídica de todos os envolvidos.

Enquanto hotéis e pousadas cumprem exigências rígidas de licenciamento, segurança, higiene e fiscalização, muitos imóveis oferecidos por temporada operam fora desses parâmetros. Isso cria um ambiente de concorrência desigual, fragiliza a proteção do consumidor e compromete o bom funcionamento de áreas essencialmente residenciais.

Em São Roque, no interior de São Paulo, a Câmara Municipal aprovou um importante avanço legislativo. O vereador Diego Costa apresentou o Projeto de Lei nº 02/2025-L, que estabelece diretrizes claras para o uso de imóveis em condomínios residenciais como hospedagem por plataformas digitais. Entre os pontos previstos, estão a obrigatoriedade de informar o condomínio sobre a hospedagem, o respeito às regras internas e a aplicação de multa de R\$ 1.500 por dia em caso de descumprimento. O projeto também responsabiliza solidariamente o

proprietário e a plataforma que intermediar a locação.

Na cidade do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal também discute o tema. O Projeto de Lei 107/2025 propõe a regulamentação dessa modalidade de hospedagem, com exigências como alvará de funcionamento, licença sanitária, cadastro como prestador de serviço turístico e respeito ao zoneamento urbano. A proposta busca organizar a atividade, garantir a fiscalização e proteger tanto moradores quanto visitantes.

O objetivo da regulamentação não é impedir ou dificultar o uso dos imóveis, mas sim estabelecer padrões mínimos de segurança, higiene, transparência e responsabilidade. É o mesmo que já se exige da hotelaria, um setor comprometido com a qualidade e com o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

A falta de regras claras favorece abusos, dificulta a fiscalização e enfraquece a relação de confiança entre os diversos atores envolvidos. Padronizar é proteger. Criar normas é garantir que todos joguem com as mesmas regras, em benefício da cidade, dos moradores, dos visitantes e da atividade turística como um todo.

É essencial que os legislativos municipais avancem nesse debate, estabelecendo uma base legal que traga equilíbrio, organização e responsabilidade para esse tipo de serviço.

Dados materializados em tragédias

O Brasil enfrenta um dos maiores desafios de sua história, que não é apenas ambiental, mas também social e econômico. A crise climática, que já atinge milhões de brasileiros, tem revelado uma realidade alarmante: 2.801 dos 5.570 municípios do país estão em situação de alta ou muito alta vulnerabilidade climática.

Este dado representa vidas, territórios e sonhos expostos aos riscos de desastres ambientais que se tornam cada vez mais frequentes e devastadores. E, para enfrentar essa situação, é preciso entender que a resposta vai além da reação imediata a desastres; é necessário um movimento profundo de transformação, que envolva justiça

social, planejamento urbano e soluções sustentáveis.

O Brasil, em um cenário de crescente instabilidade social e ambiental, viu o número de eventos climáticos extremos triplicar desde os anos 1990, com prejuízos que já somam R\$ 132 bilhões nesta década.

Em 2023, o país se destacou negativamente ao registrar o maior número de deslocamentos internos por desastres nas Américas, afetando 745 mil pessoas.

São cenas de desabrigados, favelas alagadas e vidas interrompidas que, por mais chocantes que sejam, são resultado da interação entre os desastres climáticos e a vulnerabilidade de um território mal planejado e desigual.

Opinião do leitor

Aula de Direito

Durante 14 horas o Ministro Luiz Fux expõe de uma maneira didática e sem deboches , a sua real compreensão sobre o ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023. Que bom que ainda estejamos numa Democracia, onde as opiniões devem ser respeitadas.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: FASCISTAS E COMUNISTAS LIDERAM NA ALEMANHA

As principais notícias do Correio da Manhã em 18 de setembro de 1930 foram: Junta do governo provisório argentino acusa o antigo ministro da Fazenda de enriquecimento ilícito. Eleições na Alemanha ocorreram com conflitos em alguns locais de votação; boca de urna coloca fascistas e comunistas na liderança do parlamento. França e Itália negociam tratados navais. Dom Sebastião Lema vai para incursão em Londres.

HÁ 75 ANOS: BRIGADEIRO LEVA 50 MIL EM COMÍCIO EM FORTALEZA

As principais notícias do Correio da Manhã em 18 de setembro de 1950 foram: Em incursão no Nordeste, Eduardo Gomes leva 50 mil pessoas para comício em Fortaleza. TRE-SP nega candidatura de Adhemar de Barros ao Senado; político vai recorrer no TSE. Altera-

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.